

Henri Acselrad¹

*Mercado de terras e meio ambiente em áreas
de grandes projetos de investimento - o caso da
Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

As grandes obras governamentais destinadas à criação de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploração mineral e de transformação industrial constituem os vetores da integração de crescentes porções do espaço nacional a padrões de ocupação nucleados pela dinâmica capitalista. Ferrovias, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais constituídas sobre as bases espaciais até então prevaletentes. Desencadeiam-se nessas áreas, por um lado, movimentos de destruição e criação de relações sociais associadas diretamente à dinâmica dos referidos projetos. Dá-se início também, por outro lado, a processos generalizados de ruptura dos condicionantes espaciais das formas sociais

* O presente texto resulta de trabalho de pesquisa que contou com o apoio do Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge.

¹ Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisador do CNPq. E-mail: hacseld@uol.com.br.

vigentes nas áreas de influência desses empreendimentos governamentais. Esta ruptura será tão mais relevante quanto as populações das áreas de implantação destes empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais. Nesta medida, as condições espaciais da existência social são, via de regra, nessas frentes de expansão dos padrões capitalistas de ocupação do espaço, determinações indissociáveis das próprias formas sociais de apropriação do meio, como o exemplificam as práticas da pequena produção rural associada às atividades extrativas, a agricultura comercial de vazante associada à pesca artesanal, o recurso às terras de matas como objeto de uso comunal etc.

Trabalho, terra e recursos naturais são assim incorporados em formas sociais distintas das precedentes, à medida que os grandes projetos de investimento intervêm no espaço territorial. Novos sistemas de trabalho são introduzidos e muitos trabalhadores são integrados a novas trajetórias sociais. As transformações regionais, as alterações dos meios físico e biótico e as relocações de populações requerem a construção de estratégias adaptativas de trabalho e imprimem novas trajetórias sociais protagonizadas, por exemplo, por caboclos ribeirinhos do Tocantins transformados em colonos rurais, por beiradeiros de ilhas e margens transformados em agricultores de terras áridas, por vazanteiros dependentes da cultura periódica de vazante tornados agricultores submetidos à improdutividade compulsória nas estiagens prolongadas etc.

A terra, por sua vez, sofre mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso. Terras livres tornam-se

elementos do capital fundiário e objeto de transações mercantis. Alteram-se os padrões de ocupação e o modo de uso do solo pela inserção dos diferentes espaços nos movimentos globais de valorização do capital e a valorização fundiária emerge como forte condicionante das formas sociais de ocupação do espaço. Os níveis de fertilidade dos solos das margens dos rios modificam-se pela interrupção dos mecanismos de transporte de sedimentos orgânicos através dos cursos d'água. Redefinem-se as fronteiras rurais-urbanas pela extinção, relocação e criação de núcleos populacionais.

As transformações sociais nos modos de se apropriar e de trabalhar a terra são acompanhadas também por novas formas de utilização dos recursos territorializados. Inúmeras formações biológicas - vegetais e faunísticas - e fontes de recursos hídricos apresentam mudanças nos seus mecanismos reprodutivos, nos seus modos de uso e apropriação. A aceleração do processo de mercantilização de terras nas áreas de influência dos grandes projetos resulta no uso privado de fontes de água e de reservas de matas para extração de lenha, palha e cipó. A mudança no modo de apropriação dos recursos naturais se exprime notadamente na privatização de bens livres ou na interdição de sua exploração. Desarticulam-se a caça e o extrativismo vegetal como atividades constituintes dos modos de reprodução da pequena produção de zonas de fronteira. Desestruturam-se também as formas de uso comunal de recursos naturais e fontes d'água nas frentes de expansão da pequena produção. Inviabilizam-se as atividades associadas aos processos biológicos, pela alteração de ecossistemas terrestres e aquáticos que resultam, por exemplo, no comprometimento da

agricultura de vazante após a mudança dos regimes hidrológicos dos rios, na perturbação da pesca tradicional por mudanças da ictiofauna associadas às alterações dos níveis de oxigenação dos corpos d'água etc. Constituem-se, por fim, novas redes de relações sociais associadas a práticas extrativas capitalistas, notadamente da madeira, favorecidas pela densificação da malha viária que é tipicamente acelerada nas regiões de grandes projetos.

O presente trabalho propõe-se a caracterizar o processo pelo qual o Estado brasileiro apresentou-se como portador de novas relações sociais nas regiões de fronteira por meio de uma intervenção pro ativa que, ao contrário do ocorrido na experiência de constituição do capitalismo europeu, acelerou a implantação das relações de mercado desencadeando um processo conflitual multiforme em torno da apropriação da terra e dos recursos naturais.

Deslocamento compulsório e despossessão ambiental de populações

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no sul do estado do Pará, na Amazônia Oriental brasileira, inundou, em 1984-1985, 2.600 km² de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva dos índios Parakanã e alguns núcleos urbanos, deslocando compulsoriamente de suas áreas de moradia e de trabalho cerca de 10 mil famílias. Dedicada, em sua maioria, às atividades extrativas, parte dessa população foi relocada em loteamentos implantados às margens do reservatório. Lançados bruscamente no trabalho agrícola em áreas cuja paisagem natural desconheciam, os relocados

não puderam estabilizar-se economicamente, o que favoreceu a reconcentração fundiária e o desmatamento. Com a rede de estradas construída para os projetos de colonização, ampliou-se a atividade madeireira descontrolada, resultando na instalação de cerca de 200 serrarias nas cercanias do lago. Com a inundação da floresta, que não foi desmatada a tempo em 90% da área pela urgência político-oportunística do governo autoritário de então em inaugurar a obra, instaurou-se um processo de decomposição da matéria orgânica vegetal, de proliferação de macrófitas aquáticas e de emissão indesejável de gás sulfídrico. Vários empreendimentos siderúrgicos, inscritos na lógica do Programa Grande Carajás, foram implantados na região, alimentando a demanda por madeira para a fabricação de carvão vegetal e acentuando a desorganização da pequena produção local de alimentos.

Inúmeras mobilizações sociais eclodiram a partir de 1980, reivindicando a efetivação das compensações pelo deslocamento compulsório, em conturbado processo de pressão e negociação que se prolongou ao longo de muitos anos, antes e depois de 1984, ano do fechamento das comportas e do enchimento do reservatório. Esse processo articulou-se com a demanda por medidas de saneamento das condições de existência das populações locais, afligidas por uma praga de mosquitos incontrolada e crescente desde 1987. Na segunda metade dos anos 1990, essas populações permaneciam em um impasse, ameaçadas por uma acentuada proliferação de insetos em sua área inicial de relocação e por “grileiros” – agentes da apropriação violenta de terras, armados pelos latifundiários locais – que pretendiam a posse das novas áreas para onde a Eletronorte – empresa estatal

responsável pela construção e operação da Usina – removeu pela segunda vez as famílias expropriadas.²

As populações ribeirinhas residentes a jusante da barragem, elas também, passaram, seis meses após o fechamento da barragem, a se queixar de alterações na qualidade da água e no comportamento dos peixes, do aumento da incidência de doenças e da queda da produtividade na extração do cacau nativo e do açaí das margens do rio. Em reunião com representantes das comunidades locais, a Eletronorte comprometeu-se, em 1987, a pesquisar a qualidade da água e dos peixes (CAMETA, 1987), sem que nenhum resultado fosse conclusivo: reafirmou-se a incerteza quanto ao modo pelo qual as alterações ecológicas produzidas pela barragem na região estariam afetando as condições de existência das populações ribeirinhas do baixo Tocantins. Em maio de 1991, foram divulgados os resultados de pesquisa realizada pela Universidade de Helsinque sobre a qualidade da água do reservatório de Tucuruí: a cadeia alimentar dos povos ribeirinhos e indígenas da região estaria seriamente contaminada pelo efeito do metil-mercúrio lançado no meio ambiente provavelmente pela ação das turbinas, verificando-se casos de níveis de intoxicação até 40 vezes superiores ao máximo suportável pelo corpo humano, segundo padrões da Organização Mundial de Saúde (BRAUNSCHWEILER, 1991).

² O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) estimava no ano 2000 que 1.300 títulos de propriedade fraudulentos circulavam em nome de um só proprietário fantasma, correspondendo a 120.000 km² do estado do Pará – incluindo-se terras dos municípios aqui em estudo – configurando área equivalente aos territórios somados da Bélgica e Portugal, em propriedades suspeitas com 68.000 hectares de tamanho médio. Cf. *Veja*, 15/3/2000, p. 51 e *O Globo*, 24/2/2001, p. 13.

O enchimento do reservatório de Tucuruí deu-se em 206 dias, com início em setembro de 1984 e conclusão em março de 1985. A primeira etapa do enchimento levou as águas represadas do Tocantins à altura de 35 metros acima do nível do mar – a chamada cota 35 metros. A conclusão do processo de enchimento levou a profundidade máxima do reservatório ao nível de 75 metros e a profundidade média a 17,3 metros. As margens do reservatório variam ao longo do tempo, posto que o nível mínimo normal de operação é hoje de 58 metros e o máximo normal, de 72 metros acima do nível do mar. Milhares de famílias rurais e urbanas tiveram assim suas condições de existência alteradas, tanto pelas medidas preparatórias do enchimento do reservatório, desencadeadas a partir de 1979, como pela subsequente inundação de seus espaços tradicionais de trabalho, pelo seu deslocamento compulsório para novas áreas e pelos efeitos da mudança na dinâmica hidrológica do rio Tocantins.

As atividades de levantamento e cadastramento que antecederam o enchimento do reservatório deram início a uma multiplicidade de movimentos populacionais microlocalizados. Tais deslocamentos configuraram processos de migração sociocultural compulsória, dada a transferência de populações ribeirinhas para áreas secas de beira de estrada, de grupos camponeses que compartilhavam dos mesmos recursos naturais em moldes comunais para lotes rigidamente delimitados pelas fronteiras da propriedade privada.

Verificaram-se, por outro lado, certos deslocamentos “espontâneos” que configuraram movimentos de retorno de relocados a seus locais de origem ainda não inundados. Outros movimentos populacionais levaram, para o

garimpo, para a região da grande mineração em Carajás ou para outras frentes de expansão camponesa, populações descrentes da possibilidade de receberem “direitos de relocação”. Simultaneamente, novas levas de imigrantes instalaram-se na região, ocupando áreas inundáveis parcialmente abandonadas ou que, após o enchimento do reservatório, revelaram-se estar situadas fora da área de inundação efetiva.

O intenso fluxo de deslocamentos populacionais, instaurado na área de influência do reservatório a partir de 1980, exprimiu, em parte, a instabilização social provocada pela alteração do ambiente físico-natural após o enchimento do reservatório. Mas, por outro lado, esses deslocamentos intensos e erráticos refletiram as incertezas em que se viram lançadas as populações locais em face da configuração específica do programa de relocações implementado pela Eletronorte na área. Tais incertezas refletiam, na verdade, os processos de desqualificação política e descaracterização sociocultural impostos àquelas populações, tanto em razão da concepção autoritária do programa de relocação, como da imprevidência técnica evidenciada nos procedimentos adotados para sua implantação.

A ausência de uma política negociada com interlocutores socialmente legitimados constituiu fator de acirramento da posição de antagonismo das populações locais em face do empreendimento. Desde as primeiras tentativas de negociação esboçadas em 1981 até os mais recentes episódios de mobilização dos expropriados ao final dos anos 1990, esteve colocada a questão do reconhecimento político da representatividade das Comissões de Expropriados por parte da Eletronorte. Em várias ocasiões,

a pauta de reivindicações conteve demandas expressas por reconhecimento das Comissões, respeito no trato com as populações e afastamento das forças policiais do processo de relocação.

A desconsideração das peculiaridades socioculturais das populações atingidas e a ausência de programas de apoio à reinserção ambiental dos relocados reduziram as possibilidades de permanência dos mesmos nas suas áreas de destino. As localidades para as quais foram direcionadas as populações expropriadas apresentavam condições físico-naturais frequentemente distintas daquelas de seus ambientes de origem. Tal circunstância ocorreu com maior intensidade no caso das transferências de populações ribeirinhas para as áreas secas, configurando evidente ruptura sociocultural expressa na transformação em agricultores de grupos sociais que conjugavam o extrativismo vegetal à pesca artesanal.

As dificuldades em assimilar tal processo de mutação sociocultural compulsória explicaram muitos dos casos de venda de lotes. Diversos outros fatores associaram-se a esse na inviabilização da pequena produção rural nos loteamentos de relocados: a infertilidade dos solos, a insuficiência de infra estrutura, a declividade excessiva das estradas vicinais, a ausência de cursos de água nas proximidades dos lotes, a distância excessiva de escolas e postos de saúde, a dificuldade de acesso a certos lotes, o desconhecimento das práticas agrícolas por parte de grupos de ex-coletores e ribeirinhos, o alagamento de vicinais no período de chuvas impedindo o escoamento da produção, o transporte de enfermos e o abastecimento em produtos básicos, a secagem de poços de água no período das secas, o atraso na entrega de material para

a construção de casas e o temor de conflito com grupos indígenas em áreas da antiga reserva Parakanã. Todos esses fatores exprimiram, em última instância, problemas relativos à reinserção ambiental das populações em suas dimensões físico-materiais e socioculturais.

Esse elenco de fatores poderia, a princípio, ser objeto de medidas compensatórias que atenuassem sua ação desestabilizadora sobre a pequena produção nos loteamentos de relocação. Tais medidas, por vezes contempladas ao longo das negociações gradualmente estabelecidas entre as Comissões de Expropriados e a Eletronorte, não se articularam, porém, no seio de um programa global tendo por objetivo o apoio à reinserção social das populações expropriadas nas novas condições ambientais prevalecentes.

No que concerne ao modo de encaminhamento do programa de relocação, produziram-se inúmeros mecanismos de penalização suplementar dos grupos sociais afetados, tanto em razão da imprecisão na delimitação das áreas inundáveis, como da ausência de adequada articulação cronológica entre as distintas etapas do programa. As incertezas quanto aos limites da área inundável ampliaram e diversificaram os conflitos associados ao processo de relocação. As insuficiências do processo de aerofotogrametria em área florestada levaram a que fosse consideravelmente subestimado o contingente populacional suscetível de ser afetado pelo enchimento do reservatório. Consequentemente, foram alagadas áreas de assentamento dos programas governamentais de colonização rural ao longo da Rodovia Transamazônica, bem como áreas onde a própria Eletronorte anteriormente havia instalado famílias expropriadas. Tais famílias, que

para ali foram levadas em 1982, já haviam permanecido, antes, por cerca de três anos, vivendo em situação de incerteza e sob restrições quanto ao plantio de culturas permanentes e à realização de benfeitorias em suas áreas de origem. A inundação de suas áreas de destino e a conseqüente repetição – por vezes em mais de uma ocasião – de seu processo de relocação geraram indignação na população, que se viu obrigada a viver em acampamentos improvisados ou em superlotados imóveis de núcleos urbanos em implantação. A Eletronorte, por sua vez, viu-se constrangida a indenizar as safras perdidas e a desencadear ações emergenciais, fornecendo sacolões de alimentação às famílias atingidas e contratando tropas de burros e “voadeiras” – pequenas e precárias embarcações – para o escoamento da produção dos lotes ilhados.

Afloraram outros conflitos também em relação aos critérios aplicados na distribuição de alimentos e à abrangência do atendimento das “voadeiras”. A titulação dos lotes atingidos, reivindicada por seus detentores, foi recusada pelo órgão fundiário do governo federal sob a alegação de impossibilidade de titulação de áreas submersas. Por sua vez, os assentados por este órgão, cujos lotes haviam ficado ilhados, temerosos de serem atingidos por uma ulterior elevação do reservatório à cota 74 metros, viram frustradas as suas intenções de serem relocados, ao esbarrarem na alegação de que a Eletronorte não teria respaldo legal para relocar quem não fora atingido por sua obra.

Em outros casos, a modificação da estimativa de área inundável levou a que certas áreas fossem subtraídas do perímetro de inundação previsto. Incluem-se nesta situação trechos do programa de colonização de Marabá, instalado na estrada Transamazônica no início dos anos

1970, onde os antigos colonos viram-se proibidos de plantar culturas permanentes e de realizar benfeitorias durante cerca de três anos, após os quais esta norma restritiva foi levantada, gerando inevitáveis demandas de indenização pelas perdas acumuladas naquele período.

Contrariando as previsões, outras áreas, como as da vila de Santa Tereza do Tauiri, não foram atingidas pelo enchimento. Quando da vistoria realizada pela Comissão Executiva Mista do governo federal em junho de 1985, verificou-se que 31 famílias ainda residiam naquele povoado, sem nada terem recebido a título de indenização ou “benefício”. Suas condições de existência eram, então, muito precárias, dado o estado de abandono em que fora lançado o povoado, cujo motor gerador de luz elétrica havia sido retirado pelo prefeito e cujas casas, igreja e grupo escolar encontravam-se em estado de semi desabamento. Outras famílias da vila foram expropriadas e relocadas na sede do município de Itupiranga, ainda que insistindo, porém, em continuar na área, pretendendo legítima a sua qualidade de proprietários das benfeitorias nela existentes. Novos habitantes haviam, por outro lado, instalado em Tauiri suas casas de taipa e palha, esbarrando, no entanto, nas restrições à coleta de frutos, impostas pelas famílias relocadas que pretendiam a posse das benfeitorias remanescentes.

Diversas outras práticas equívocas justapuseram-se na configuração de um planejamento para o qual o território era tido como socialmente vazio, podendo-se relacionar, entre outros: a desconsideração da dimensão político-cultural da relocação dos 200 habitantes da antiga sede municipal de Jacundá para uma vila preexistente, então com 6 mil habitantes e, portanto, mais populosa do que

a antiga sede; a entrega de lotes de 50 hectares para lavradores expropriados que possuíam anteriormente 100 hectares de terra recebidos quando de sua inserção no projeto de colonização do Incra na BR-230 nos anos 1970; o uso privilegiado da rede de vicinais por agentes madeireiros privados, que praticavam a extração ilegal de madeira dos lotes de relocação e danificavam o revestimento das vicinais pelo arrasto de toras e pelo uso de caminhões pesados; a realização do corte geométrico de vicinais, sem levantamento preliminar de campo, e a conseqüente produção de graus de declividade que as tornavam impróprias ao tráfego; a seleção de áreas de relocação impróprias, por se situarem em trechos de difícil acesso e de topografia acidentada, com solos pouco férteis, desprovidos de cursos de água e com uma configuração inadequada à recepção de rebanhos – o que colocou, conseqüentemente, a necessidade do pagamento de aluguel de pasto.

A experiência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí é, por todas as razões acima descritas, emblemática, por um lado, daquilo que um planejamento autoritário pode produzir como desestruturação sociocultural e evidência de uma dominação política. Mas, por outro, ela permite exercitar o entendimento de como as relações de mercado, ancoradas na presença institucionalizadora das agências estatais, introduzem-se nas regiões de fronteira desestruturando as formas sociais tradicionais de trabalho, de apropriação do território e dos recursos naturais. O presente trabalho dará um destaque particular ao modo como o Estado favorece a criação de um mercado de terras nas áreas de fronteira, recorrendo aos mecanismos políticos à sua disposição para proteger-se dos efeitos de retorno do aquecimento deste mesmo mercado sobre os custos do projeto de

investimento e dos capitais que são, em particular, seus beneficiários.

Destruição e recriação de formas sociais de trabalho na “área de influência” da Hidrelétrica de Tucuruí

As transformações do espaço físico, social e econômico da região do Programa Grande Carajás associaram-se à emergência de novos vetores de ocupação materializados na mobilização de fluxos crescentes de recursos e populações. As escalas assumidas pela implantação regional das atividades de mineração, de exploração madeireira e agropecuária e de transformação minero-siderúrgica nucleadas, na Amazônia Oriental, pela construção da Estrada de Ferro Carajás – Ponta da Madeira e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí deram suporte a transformações sociais de equivalente relevância, alterando significativamente a natureza das relações sociais que as populações locais estabeleceram no curso da produção de sua existência. Intensificaram-se, conseqüentemente, os processos de desestruturação do tecido que articula os distintos sistemas de trabalho prevaletentes na região.

O dinamismo econômico impresso à região em questão associou-se a um processo diferenciado de mudanças desencadeadas em espaços rurais e urbanos da área de influência do empreendimento, consubstanciadas respectivamente em: a) transformações do espaço rural associadas à crescente incorporação de terras à esfera das relações mercantis, ao cercamento de terras livres e à dissolução de vias tradicionais de acesso de pequenos produtores rurais à terra e aos recursos naturais; b) aceleração dos ritmos de aglomeração populacional em núcleos urbanos que conjugam o duplo papel de polos

receptores de populações despojadas do acesso à terra e, simultaneamente, de base territorial da implantação dos serviços associados à veloz intensificação do processo de produção e circulação de mercadorias no espaço regional.

Ao nível do trabalho rural, desestruturaram-se as condições de existência da pequena produção agrícola baseada no trabalho familiar. A pecuarização do espaço rural e a implantação de pastos sem pecuária com fins de valorização não produtiva do capital fundiário fizeram com que investimentos empresariais e de grandes proprietários de terra resultassem na incorporação de terras “destocadas” e capoeiras ao patrimônio dos empreendimentos agropecuários de grande porte. Tornou-se crescentemente instável a implantação da pequena produção rural, sendo o roçado de culturas alimentares, com maior frequência, seguido imediatamente do plantio compulsório de capim para posterior cercamento de pastagens pelos novos proprietários das terras. Difundiuse o assalariamento permanente na pecuária em expansão e o assalariamento temporário de membros da pequena produção familiar nos empreendimentos agropecuários, em troca do pagamento em diárias ou por empreita no desmate e queima de vegetação e na limpeza de pasto.

Consequentemente, cresceu a insegurança econômica dos pequenos produtores com o paralelo estreitamento dos laços de dependência face ao capital comercial personificado por barqueiros, bodegueiros, lancheiros, usineiros, tropeiros e outros agentes que protagonizam a “venda na folha” da produção camponesa. Desorganizaram-se as formas de trabalho específicas à cultura local, como a “troca de dia” ou “adjunto”, e muitos ocupantes transformam-

se em rendeiros que passaram a estabelecer relações de subordinação face aos novos proprietários das terras.

Na atividade de extrativismo vegetal, observaram-se mudanças nas cadeias de mobilização do trabalho, com a crescente estruturação de redes de intermediação de trabalhadores para a indústria madeireira e a restrição dos graus de liberdade de acesso dos trabalhadores rurais aos babaquais – pela concentração fundiária induzida pela construção da Estrada de Ferro Carajás – Ponta da Madeira –, aos castanhais e açazais, pela ação das queimadas e pela queda de produtividade das formações vegetais ribeirinhas, induzida notadamente pela mudança do regime hidrológico do rio Tocantins.

Nos núcleos urbanos, verificaram-se processos de destruição e recriação de espaços de mercado para as formas de trabalho não capitalistas do chamado setor informal urbano, sob o impacto da crescente competição protagonizada por egressos do campo instalados na periferia dos núcleos urbanos, “pontas de rua”, alagados e margens de rodovias, bem como sob o estímulo do crescente fluxo de renda monetária em circulação nas cidades. Eliminaram-se povoados por via da concentração fundiária, resultando na supressão de oportunidades de trabalho e na desarticulação de determinadas formas sociais de trabalho presentes em vilas e cidades. Criaram-se, por outro lado, povoados e sedes municipais, com a conseqüente intensificação da rede de atividades informais urbanas e a constituição de bolsões de reserva de força de trabalho assalariável pelos grandes empreendimentos capitalistas. Formaram-se igualmente grupos sociais urbanos que combinam a atividade assalariada sazonal nos períodos de desmate, plantio de capim e limpeza

de pasto nas grandes fazendas com a prática de formas urbanas não capitalistas de trabalho, como o mini comércio vicinal, o trabalho a domicílio, a pequena prestação de serviços, o trabalho por conta própria subordinado, as empresas familiares e outras formas da produção mercantil simples.

A diferenciação interna dos processos de transformação dos sistemas de trabalho urbanos e rurais acima enunciados na área de influência de grandes projetos deu-se, por certo, de forma articulada aos processos de transformação que compreendem os meios de acesso aos recursos naturais e ao mercado de terras.

Condições de expansão do mercado de terras na região do entorno do reservatório de Tucuruí

A formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí desencadeou processos que tiveram como resultado um significativo impulso ao mercado de terras e uma intensa valorização real do preço dos imóveis. Estes processos refletem tanto a ação de fatores que são específicos à região, como a ação dos mecanismos mais gerais, que estimularam a valorização fundiária no Brasil ao longo dos últimos trinta anos e, com particular intensidade, no período que sucedeu ao Plano de Estabilização Econômica de fevereiro de 1986, o chamado Plano Cruzado, que coincidiu com o desdobramento dos impactos sociais e econômicos do enchimento do reservatório de Tucuruí. Diversos fatores de dinamização do mercado de terras conjugaram-se na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na qual o investimento crescente de capitais na compra de terras de fronteira agrícola com perspectivas de sua valorização continuada articulou-se ao movimento intensificado de

negociação de lotes de colonização em assentamentos cuja exploração agrícola não havia vingado.

Coincidiram, assim, os movimentos expansivos da demanda, em grande parte especulativa, por imóveis em valorização e uma oferta de terras consideravelmente alimentada pela negociação de lotes de colonização, processo este que, segundo estimativas do Setor de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte em Tucuruí, atingira já, em fins dos anos 1980, cerca de 50% de todos os lotes dos projetos de colonização da região.

A ação dos fatores de valorização fundiária específicos à região tornou-se mais visível com o início dos processos de relocação das populações das áreas inundáveis e do posterior enchimento do reservatório. Deste momento em diante iniciou-se tendência à elevação dos preços das terras tanto nas áreas rurais como nas urbanas, atingindo as áreas de colonização do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) assim como as de relocação da eletronorte. O preço das terras passou a refletir não só a renda diferencial capitalizada associada às possibilidades de desenvolvimento de atividades agro pastoris e madeireiras na área – a chamada “valorização primária” –, mas refletiu também todas as expectativas de ganhos futuros não associados diretamente às potencialidades produtivas da área, constitutivas da chamada “valorização secundária”, alimentada pelo próprio auto aquecimento do mercado de terras.

De um lado, a valorização primária foi impulsionada pela implantação da infraestrutura de estradas vicinais, pela pavimentação da PA-150 e pela difusão da rede elétrica, elementos que acrescentaram economicidade a inúmeras atividades produtivas na região, dentre as

quais destaca-se a exploração do potencial madeireiro nela encontrado. De outro lado, ativou-se a valorização secundária pela incorporação de novos espaços ao mercado de terras e pela aceleração dos processos de compra e venda regulados, em grande parte, por lógica análoga à dos mercados financeiros, crescendo juros à renda capitalizada que regula normalmente os custos do capital fundiário para empreendimentos produtivos.

No caso específico da negociação de terras nas áreas de colonização, a valorização dos lotes foi regulada por critérios associados mais diretamente a suas potencialidades produtivas, como a qualidade do solo, a localização do terreno, notadamente face às principais rodovias da região (PA-150, BR-230 e PA-263), as condições de acesso em termos de disponibilidade e estado das estradas vicinais, a natureza jurídica da relação de apropriação (propriedade, posse, aforamento etc.), o potencial madeireiro e a amplitude das benfeitorias realizadas nos lotes. Os processos de valorização primária e secundária se interpenetram, o que implica, por certo, que muitos lotes de colonização sejam adquiridos por suas virtualidades produtivas e passem a integrar o patrimônio de grandes propriedades que podem optar por mantê-los ociosos para fins especulativos.

Os fatores de valorização fundiária específicos à região associam-se tanto a processos estimulados indiretamente pela dinâmica da instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, como a políticas de intervenção da Eletronorte e do GETAT, desenvolvidas na área de forma direta. Na área do entorno correspondente ao município de Tucuruí, os preços das terras foram impulsionados à alta por influência dos processos de desapropriação promovidos

pela Eletronorte, pela perspectiva da implantação do polo industrial de silício metálico da Camargo Correia em Novo Breu Branco, pela presença de alguns projetos agropecuários incentivados pela abertura de estradas vicinais nos loteamentos de colonização, pela perspectiva de asfaltamento da PA-263 e pela pressão de demanda de terras exercida pela Camargo Correia Metais com visitas à exploração de carvão vegetal ao longo da mesma PA-263.

Na área do entorno do reservatório de Tucuruí, correspondente ao município de Nova Jacundá, a valorização fundiária estava sendo estimulada pelo asfaltamento da PA-150, pela implantação da infraestrutura de água e energia elétrica na área urbana e pela instalação de alguns polos de concentração de serrarias ao longo das rodovias, notadamente entre os km 88 e 93 da PA-150. Na área correspondente ao município de Marabá, o mercado de terras estava sendo afetado pela presença de áreas remanescentes de castanhais, pela boa qualidade dos solos de certos domínios e pelos impactos previstos da instalação então iminente do polo guseiro de Marabá sobre a demanda de carvão vegetal na região. No município de Itupiranga, a valorização foi estimulada pela abertura de estradas vicinais nos núcleos de reassentamento da Eletronorte e pela implantação de energia elétrica e edificações para a relocação urbana de expropriados na área da sede municipal.

Os processos acima descritos podem ser lidos também à luz do comportamento dos preços das terras em nível nacional. Nos anos de 1982 e 1983, por exemplo, o mercado local afastou-se da tendência dominante à queda dos preços verificadas em nível nacional: os dados disponíveis apontam uma valorização real das terras

de matas em Itupiranga em 1982 e 1983, assim como em Marabá em 1983 (cf. CEA-FGV,1985). Estes dados sugerem que os fatores de estímulos associados aos processos desencadeados pela formação do reservatório teriam prevalecido sobre a tendência nacional ao declínio dos preços das terras. Em 1984, os preços das terras sofreram, em nível nacional, valorização real que se explicou, em parte, pelas condições favoráveis verificadas em determinados mercados agrícolas. Tal tendência realizou-se também, nesse mesmo ano, nas terras de matas e pastagens de Marabá e nas terras da matas de Jacundá.

Em 1985, o mercado de terras nacional sofreu os efeitos contraditórios de diversos fatores. De um lado, caiu a oferta de terras a partir do anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária. De outro lado, as terras sofreram algum estímulo à valorização primária devido a elevação real dos preços do boi gordo e do arroz – atividades presentes na região – na segunda metade de 1985. Ao mesmo tempo, a demanda de terras por motivos especulativos ou para formar reserva de valor foi desestimulada ao longo desse ano, dada a maior atratividade e segurança apresentadas pelas aplicações financeiras naquele período de extrema volatilidade dos preços. Em consequência, verificou-se um comportamento bastante diferenciado segundo as regiões do país, refletido também no comportamento dos preços nos municípios do entorno do reservatório de Tucuruí. Registrou-se aí, no segundo semestre de 1985, tanto uma valorização real de 31% no preço das terras de lavoura em Jacundá – contra uma valorização real média nacional de 57% – como uma queda real nos preços das terras de pastagens e matas na “embocadura” do reservatório, em Marabá.

No primeiro semestre de 1986, acelerou-se enormemente a corrida pela compra especulativa de terras, dadas as incertezas instauradas nos mercados financeiros com a divulgação do Plano Cruzado. Em nível nacional, verificaram-se então os maiores índices de valorização real das terras dos últimos vinte anos. Este aumento dos preços foi, por certo, tanto maior quanto menores eram os preços iniciais que estabeleciam maior atratividade para a compra. Tal foi o processo verificado em todo o estado do Pará, situado então entre os cinco estados de menor valor relativo das terras. Consequentemente, verificou-se no estado uma valorização real das áreas de matas e lavouras superior à própria valorização média nacional. Mesmo nas terras de pastagens – que sofreram no estado do Pará uma valorização real menos significativa, em razão da vigência prévia de preços já relativamente elevados –, a elevação real dos preços das terras foi de cerca de 50%.

A observação empírica confirmou a emergência de nova impulsão no mercado local de terras após o advento do Plano Cruzado. Os dados do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas assinalaram a elevação substancial dos arrendamentos de terras para engorda ou estada de animais em Jacundá no ano de 1983. Por outro lado, verificou-se também neste município uma elevação tendencial da razão arrendamento/preço das terras entre 1982 e 1983, indicador cujo comportamento é diretamente proporcional ao aumento do risco do investimento em terras. A elevação desta razão, na área do reservatório, integrou um movimento generalizado de resposta às mudanças intervenientes na área do crédito rural a partir de 1981 e 1982, com a redução das taxas de subsídio implícito e menores disponibilidades de crédito,

particularmente para investimento. Ressalte-se, porém, que esta razão arrendamento/preços de venda das terras foi, na área do reservatório, nitidamente superior à média nacional, sugerindo a vigência de um risco implícito no investimento em terras particularmente elevado naquele espaço específico.

Portanto, a despeito de sua particular sensibilidade às condições institucionais instáveis presidindo a ocupação do espaço local, o mercado de terras constituiu importante fator de dinamismo autônomo da economia do entorno do reservatório. Por um lado, como vimos, foi significativamente ampliado na região o estoque de terras incorporadas às transações do mercado. Este processo deu-se a partir da própria ação de regularização fundiária, que aduziu ao mercado um número crescente de lotes de colonização que resultaram insuficientemente produtivos. Por outro, a demanda por terras foi sendo crescentemente integrada por agentes econômicos que faziam do investimento em terras uma estratégia de diversificação de suas carteiras de aplicações financeiras. O mercado de terra integrou-se assim progressivamente aos mecanismos análogos aos dos mercados financeiros, propiciando a obtenção de lucros imobiliários “normais”, mas também favorecendo a captura dos chamados “ganhos de fundador”,³ provenientes da simples transformação de capitais da órbita produtiva em capitais que rendem juros.

³ Em sua análise das sociedades por ações, Hilferding considera o “ganho de fundação” uma categoria econômica especial, “nem roubo, nem indenização, nem salário”, mas fruto da transformação de capital que produz lucro em capital portador de juros (HILFERDING, 1970).

A compra de novas terras na região de fronteira, cujas expectativas de valorização fundiária real são elevadas, parece integrar dois tipos de estratégias: a) a incorporação das terras ao comércio imobiliário local, em negociações de curto prazo que exploram eventuais projetos de utilização produtiva dos imóveis rurais por determinados agentes econômicos não submetidos à lógica da acumulação financeira; b) a manutenção das terras em ociosidade especulativa visando a sua negociação no longo prazo. Os capitais envolvidos nestas práticas tendem a apresentar estratégias de valorização patrimonial de longo prazo, evidenciando frequentemente elevados pesos relativos dos valores patrimoniais e reduzidos valores de faturamento.

No caso da área do entorno do reservatório de Tucuruí, a coexistência de demanda especulativa por terras com a vigência de espaços agrícolas dotados de instável situação fundiária e elevados índices de inviabilização econômica das pequenas propriedades resultou em uma tendência à concentração fundiária pela incorporação tendencial de pequenos lotes às grandes propriedades rurais da região.

A implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a subsequente materialização das políticas localizadas da Eletronorte e do GETAT provocaram um impulso direto à valorização primária das terras da região e um impulso indireto à valorização secundária de ordem financeira vigente no conjunto das regiões de fronteira agrícola. Estes processos afloraram sob a forma de valorização generalizada das terras de matas na região do entorno do reservatório de Tucuruí, cuja demanda foi estimulada pela intensificação da atividade madeireira, e, por outro lado, na tendência à reconcentração fundiária implementada sob a égide do investimento – em grande parte movido

por lógicas financeiras – e na negociação de um estoque, a partir de então ampliado, de direitos de propriedade.

Em meio a esses movimentos de estruturação instável do mercado de terras na área do reservatório de Tucuruí, processos mediados pela intervenção direta da força, baseados em operações fraudulentas ou em bases de legitimidade questionadas por atores sociais locais, fizeram da posse da terra e do acesso a recursos naturais o objeto crescente de lutas sociais. Inúmeras lutas foram assim desencadeadas contra a imposição de relações indesejadas entre as populações trabalhadoras locais e seus ambientes: lutas para não serem deslocadas compulsoriamente de onde tradicionalmente estavam; lutas para não serem deslocadas para onde não desejavam; lutas contra as perdas decorrentes da interrupção compulsória das atividades que desenvolviam antes do deslocamento indesejado em seus espaços de origem; lutas contra as perdas de produção e criação por ataques de índios que reagiram à ocupação compulsória de suas áreas; lutas contra as perdas de produção decorrentes da ausência de infraestrutura; lutas contra o recebimento de indenizações com valores inferiores aos de patrimônio e benfeitorias perdidos nas áreas compulsoriamente evacuadas; lutas contra a permanência em áreas de relocação compulsória inviabilizadas pela hostilidade biológica do meio; lutas contra a grilagem violenta de terras que impossibilitavam a permanência de relocados em suas áreas de relocação ou (re)relocação; lutas contra o descumprimento de compromissos por autoridades públicas e por responsáveis pelo projeto hidroenergético; lutas pelo reconhecimento da autoridade do saber popular na evidenciação de fenômenos – como a “praga de mosquitos” manifesta notadamente na Gleba Parakanã a partir de 1987– dos quais se alega necessitar de

atestação científica para justificar providências políticas de governo. O modo de intervenção das agências estatais e de configuração das relações mercantis instaurou assim o que Marc Bloch chamou de “tectônica” socioeconômica⁴ evidenciando, em particular, como as dimensões ambientais e fundiárias articulam-se de modo a constituir uma pluralidade multiforme de conflitos sociais tendo a terra e seus recursos como objeto.

Aqui, cabe introduzir o papel dos fatores sociopolíticos na conformação e no comportamento dos mercados. No período autoritário e nos primeiros momentos do processo de redemocratização, os agentes da Eletronorte tentavam se proteger da elevação dos preços da terra que eles mesmos estimularam pelos artifícios que a conjuntura política de então lhes permitia. Em primeiro lugar, uma pressão baixista sobre o patrimônio da população deslocada compulsoriamente. “Os valores pagos pelas posses e pelas benfeitorias foram estimados abaixo do valor venal” – afirma o Diretor Técnico da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará” (SILVA PINTO, 2002). Em segundo lugar, o recurso a instrumentos que permitissem evitar que o mercado de terras em constituição rebatesse seus efeitos sobre os custos da estabilização política da região. “As terras valorizaram enormemente em função mesmo da nossa atuação, e a Eletronorte foi tendo de assumir problemas que não eram dela”, afirmou o ex-diretor do Setor de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte (cf. SPI/ELN, 1987). Ante as pressões da Prefeitura de Jacundá para que a Eletronorte comprasse terras para que

4 Ao sublinhar a perpétua influência recíproca entre o meio físico e as reacomodações do terreno social, Marc Bloch nos lembra que “as sociedades, como as formas de terreno, têm sua tectônica”(cf. BLOCK,1939).

a ela pudesse ampliar a área urbana da sede municipal, por exemplo, o SPI/ELN retrucava que “ao feitio meramente de compra e venda isso era impossível: os preços em torno dos quais girava uma posse daquelas eram absolutamente irreais”⁵. Portanto, a agência estatal, ao mesmo tempo, em decorrência de seus propósitos produtivos, inflava o mercado de terras e, pela via política, se protegia dos efeitos de retorno da valorização fundiária sobre seus próprios custos.⁶

Considerações finais

A história da implantação do mercado na constituição do capitalismo europeu foi descrita como resultado de um duplo movimento – de ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias ditas “genuínas” e de sua restrição em relação às mercadorias ditas “fictícias” como a terra. Uma rede de medidas, de políticas e instituições destinava-se a cercear a ação do mercado com relação à terra. A intervenção do Estado constituía um contramovimento que se propunha a enfrentar a ação do mercado em relação à terra e evitar o que se considerava serem os efeitos socialmente destrutivos da implantação sem rédeas de mecanismos

⁵ “Então nós propusemos ao Prefeito que a Eletronorte elaborasse uma pauta e entregasse a ele para ele desapropriar as posses com um decreto de utilidade pública, com a Eletronorte entrando com os recursos; ora, levar isso para o lado puramente comercial era praticamente impossível, porque não queríamos inflacionar desordenadamente os valores vigentes na região” (IDEM: 87).

⁶ Uma postura totalmente diferente pode ser encontrada anos após, quando o processo de organização da população local aumentou consideravelmente a pressão sobre as políticas fundiárias, levando as Prefeituras locais a alterar as legislações municipais com o fim de baratear as custas processuais da regularização fundiária.

de autorregulação mercantil. Leis e tarifas agrárias eram criadas em nome da necessidade de proteger os recursos naturais e a cultura do campo contra as implicações da “ficção da mercadoria” em relação aos mesmos (cf. POLANYI, 1980). O Estado exprimia deste modo a presença de forças agrárias no próprio processo de transição. Tais forças negociavam assim as formas de sua inserção no novo sistema, procurando assegurar a durabilidade da base material em que apoiavam então sua força social.

Foi bem outro o papel das agências estatais brasileiras na modernização acelerada das regiões de fronteira através dos grandes projetos de investimento efetivados notadamente nos anos 1970 e 1980. Nenhuma contenção dos mecanismos “autorreguladores” no mercado de terras foi empreendida. Ao contrário, os órgãos fundiários e as políticas de colonização, em lugar de um contramovimento, criaram as bases do movimento de mercantilização - nos termos de Polanyi “ficcional” da terra. Esta presença “pró-ativa” do Estado alimentou a conflitualidade multiforme que se desenvolveu tanto em torno à posse da terra como dos recursos naturais.

O planejamento autoritário que prevaleceu nos grandes projetos hidrelétricos tendeu a equacionar enormes transformações socioambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica. A área inundável foi sistematicamente concebida como espaço da propriedade privada e não de relações socioculturais diversificadas: desapropriaram-se e indenizaram-se os bens, mas não se considerou o universo não mercantil da ecologia e dos modos de vida. Pagou-se regamente

a propriedade fundiária improdutiva e especulativa ao mesmo tempo que se expropriavam as lavouras de camponeses desprovidos de título de propriedade das terras que ocupavam.

Os levantamentos preparatórios ao enchimento dos reservatórios privilegiam, em geral, as variáveis jurídico-formais, já que o objetivo é o de “liberar a área” e que a única relação social que limita a apropriação dessa área pela empresa concessionária é a relação de propriedade jurídica sobre a terra, considerada como mercadoria. Todos os demais processos sociais que se desenvolveram sobre aquele território foram descaracterizados como portadores de relações específicas com porções características do espaço. No entanto, enquanto os proprietários formais situam-se no espaço homogêneo e indiferenciado das relações mercantis e monetárias, as populações atingidas situam-se, ao contrário, no espaço característico e insubstituível constituído pelos elementos físicos e bióticos dos quais dependem para sua reprodução sociocultural.

Assim, ao mesmo tempo que foram desligadas de suas relações tradicionais com o meio ambiente, essas populações foram submetidas a um verdadeiro choque mercantil, caracterizado pela brusca penetração do mundo local pela dinâmica do mercado e da moeda. Desencadeou-se, desde logo, verdadeira febre mercantil, alimentada pela acelerada rotação do pequeno circuito patrimonial de compra e venda de lotes, barracos, material de construção etc. O processo arbitrário e desorganizador pelo qual se procedeu às indenizações e relocações suscitou um comércio informal de compra e venda, tanto de imóveis indenizados nas vilas inundadas quanto novos imóveis

entregues nas vilas recém-construídas (ENGEVIX,1984).⁷ Configurou-se, assim, um verdadeiro “mercado de fronteira”, não apenas em seu sentido geográfico, mas também por seu caráter jurídico semirregulamentado, pela fabricação fraudulenta de títulos de propriedade e por sua submissão a movimentos súbitos de valorização e desvalorização patrimonial, na esteira da instabilidade das condições políticas que nestas áreas regem a apropriação do solo e de seus recursos. Dos efeitos indesejados do mercado de terras aquecido, puderam proteger-se, em particular, os próprios atores políticos da valorização fundiária – o setor de patrimônio imobiliário da empresa estatal responsável pelo grande projeto hidrelétrico. Mas esse “mercado de fronteira”, emblemático da erosão dos valores e das condições de existência das populações deslocadas, não apenas desconhece a informação perfeita, como é, com o apoio das “políticas de relocação de populações”, regulado pela desinformação, incerteza e indeterminação do risco. Este “mercado de fronteira” é, sobretudo, produzido através do enfraquecimento dos grupos sociais cuja identidade sociocultural relaciona-se, no dizer de Polanyi, a “aperfeiçoamentos determinados para um lugar particular” (POLANYI, 1980) e à “proteção contra a devastação das cercanias, o desnudamento das florestas, a poluição dos rios, a desorganização dos costumes tradicionais e a degradação geral da existência” (IDEM, 139). A experiência histórica parece nos sugerir, por outro lado, que a organização política destes grupos e

⁷ “Este comércio tem provocado atritos que têm sido sanados com a instalação de um ‘tribunal’ local que, sob a égide de funcionários do Setor de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte em Tucuruí, convoca as partes em litígio e suas testemunhas, colhe depoimentos e finalmente decide. Tal procedimento, que conta com a participação de membros da comunidade, tem servido para amenizar os conflitos.”

as experiências criativas de suas lutas são condição básica da construção de projetos de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, democratizem o acesso à terra e minimizem os danos ao meio ambiente.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista, *In: C.CAVALCANTI (ed.), Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo: Cortez,1995.
- ACSELRAD, H. L DA SILVA, M. G. "Social Conflict and Environmental Change at the Amazonian Tucuruí Dam Region", trabalho apresentado ao Workshop "Displacement, Violence and Relocation: theory, research findings, applications". *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 31/7/2000.
- A. PENN, Potential Methyl Mercury Poisoning in the Three Gorges Dam *In: G. RYDER (ed.). Damming the Three Gorges - what dam builders don't want you to know*. Toronto, Probe International, 1989.
- BACKHAUS, J. C. Land rents and ecological crisis-the case of the Oder River Valley. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 58, n. 2, abril de 1999.
- BERTHOUD, A. Marché-Rencontre et Marché Mécanique. *Cahiers d'Économie Politique* n. 20-21, L'Harmattan, Paris,1992.
- BEZE JÚNIOR, Z. Uso do Solo e Meio Ambiente nos Assentamentos *In: Adhemar ROMEIRO et al., Reforma Agrária - Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994
- BLOCH, M., Régions Naturelles et Groupes Sociaux. *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1939.
- BRAUNSCHWEILER, H. Relatório provisório para o CNPq do Projeto Carga de Mercúrio na Barragem de Tucuruí e nos Arredores. Tucuruí, *Department of Environmental Conservation, University of Helsinki*, 28 de março de 1991.
- CEA-FGV. Mercado de Terras. *In: Conjuntura Econômica*. 1980-1985.
- DALY, H. E. (org.) *Economia, Ecologia y Ética*. Fondo de Cultura Economica, México, Partes I e II.
- DELGADO, G. DA COSTA. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone-Ed. da UNICAMP, 1985.

- DULLEY, R. D. E CARVALHO, Y. M. C. *Uso do Solo e Meio Ambiente nos Assentamentos*, mimeo, 1991.
- ENGEVIX. *Relatório População e Saúde*. Rio de Janeiro, 1984.
- ENGEVIX. *Entrevista com SPI/ELN*, 1987.
- FRYDMAN, R. Ambiguité ou Ambivalence de la Notion de Marché. *Cahiers d'Économie Politique*, n. 20-21, L'Harmattan, Paris, 1992.
- GODARD, O e SALLES, J. M., Entre Nature et Société. Les Jeux de l'Irreversibilité dans la Construction Économique et Sociale du Champ de l'Environnement, *In: R. BOYER, B. CHAVANCE, O. GODARD (orgs.). Les Figures de l'Irreversibilité en Économie*, Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1991.
- HÉBETTE, J. Uso do solo e meio ambiente - comentários sobre o relatório da pesquisa "Principais indicadores socio econômicos dos assentamentos de reforma agrária". *In: ROMEIRO et al. Reforma agrária - produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*, Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1995.
- HILFERDING, R. *Le Capital Financier*. Ed. de Minuit, Paris 1970.
- MAGALHÃES, S. B. (1994), As Grandes Hidrelétricas e as Populações Camponesas, in M.A.D'INCAO - I.MACIEL da SILVEIRA (orgs.), *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.
- MARTINS, J. de Souza. O Tempo da Fronteira - retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, 8 (1), maio de 1996.
- MOUGEOT, J. L. Planejamento Hidroelétrico e Reinstalação de Populações na Amazônia: Primeiras Lições de Tucuruí, *In: C. AUBERTIN (org.). Fronteiras*. Brasília: UnB/ORSTOM, 1998.
- M. BLOCH, Régions Naturelles et Groupes Sociaux. *In: Annales d'Histoire Économique et Social*. Paris, 1939.
- NAROTZKY, S. *New Directions in Economic Anthropology*. Chicago: Pluto Press, 1997.
- NIJKAMP, P. e SOETEMAN, P., Land Use, Economy and Ecology - needs and prospects for co-evolutionary development. *Futures*, dezembro de 1988.
- OLSEN, P.R. e GOWDY, J. M. Land Use Regulation. *In: The Lake George basin: an ecological economic perspective. Ecological Economics*, 6, 1992.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- PREFEITURA DE TUCURUÍ, Meu Pedaco de Chão, Boletim Informativo da Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária Urbana, ano 1, n. 14, 23/8/1999.
- RAMOS, P e REYDON, B N. P. (orgs.). *Mercado y Politicas de Tierras*. Campinas, FAO/UNICAMP, 1996.
- RANDALL, A. e CASTLE, E. N., Land Resources and Land Markets, In: A.V.KNEESE e J. L. SWEENEY (eds.) *Handbook of Natural Resource and Energy Economics v. 2 The Netherlands*, 1985.
- REBOUL, C. *Monsieur le Capital et Madame La Terre-Fertilité Agronomique et Fertilité Économique*. Paris: EDI-INRA, 1989.
- SHRADER-FRECHETTE, K. Locke and Limits on Land Ownership. *Journal of the History of Ideas*, 1993.
- SIGAUD, L., Impactos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho, In: L. PINGUELLI, L. SIGAUD e O. MIELNIK (coord.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero/COPPE/CNPq, 1988.
- SODERBAUM, P. Values, markets and environmental Policy-an Actor-Network Approach. *Journal of Economic Issues*, v. XXVII, n. 2, 1993.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Assentamentos e colonização: duas relações com o meio ambiente, In: Romeiro et all. *Reforma Agrária - Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate*. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- VAINER, C. e MAGALHÃES, F. (CEDI), *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro, 1992.
- WORLD BANK. Resettlement and Development: the Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement 1986-1993, *World Bank Environment Department*, Washington, D. C., 1994.
- WORLD COMMISSION ON DAMS. *Usina Hidrelétrica de Tucuruí – estudo de caso da Comissão Mundial de Barragens*, relatório final, Cape Town, fevereiro de 2000.

ACSELRAD, Henri . Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 158-192, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grande projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí*). O presente trabalho analisa as transformações sociais e econômicas em uma área de fronteira na Amazônia Oriental, sob o impacto da implantação de um grande projeto de investimento governamental. São estudados em particular os processos pelos quais o Estado atuou como vetor da penetração das relações mercantis e monetárias, favorecendo a instituição de um mercado de terras desprovido de qualquer mecanismo de contenção de seus efeitos de desestruturação das formas socioculturais tradicionais de apropriação e uso dos recursos territorializados. A análise do comportamento do mercado de terras nos municípios do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí nos anos que se seguiram à inauguração da barragem identifica as relações entre a flutuação dos preços da terra e a natureza das transformações ambientais provocadas pelo grande projeto. Tal análise permite identificar a constituição de um verdadeiro “mercado de fronteira”, não apenas em seu sentido geográfico, mas também por seu caráter jurídico semirregulamentado, pela fabricação fraudulenta de títulos de propriedade e por sua submissão a movimentos súbitos de valorização e desvalorização patrimonial, na esteira da instabilidade das condições políticas que nestas áreas regem a apropriação do solo e de seus recursos.

Palavras-chave: mercado de terras, projetos hidroelétricos, meio ambiente.

Abstract: (*Land markets and environmental projects: the case of the Tucuruí hydroelectric facility*). This paper analyses the social and economic transformations in a frontier area of the Eastern Amazonian Region of Brazil due to the impacts of a major governmental investment project. This article focuses the processes by which State action favored the penetration of mercantile and monetary relations and the formation of a land market, without establishing any devices to control the destructuring of traditional sociocultural forms of appropriation and use of territorialized resources. The analysis of the land market in the area surrounding Tucuruí hydroelectrical dam in the years following its inauguration shows the formation of a “frontier land market”, not only in its geographical sense, but also regarding an incomplete juridical regulation, the fabrication of false land property titles, as well as sudden movements of rise and fall in land values resulting from political instability affecting land and resource appropriation in this area.

Key words: land markets, hidroelectric projects, environment.